



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 6 DE
MAIO DE 2020 - Nº 08/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos seis dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, por videoconferência, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, António da Conceição Moreira e Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata nº 07/2020 – reunião realizada no dia 17/04/2020.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 02 – Proposta – Ratificação de Despacho de Aceitação de Donativos.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Ponto 03 – Agradecimento – Oferta da Câmara Municipal à Fundação José Relvas de 160 viseiras.

Município de Alpiarça

Fundação José Relvas

Para Conhecimento:

Ponto 04 – Proposta – Acordo Quadro Nº 2/CCE/2020 para aquisição de refeições escolares (Almoços, Lanches e Pequenos Almoços)



Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Ponto 05 – Proposta – Alteração da Regulação de Trânsito na Envolvente do Mercado Municipal e do C. D. “Os Águias”.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Ponto 06 – Proposta – Revisão Orçamental Nº 2.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Remeter à Assembleia Municipal:

ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e dez minutos, cumprimentando todos os presentes. O resumo diário de tesouraria referente ao dia cinco de Maio de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 561.016,36 Euros (quinhentos e sessenta e um mil, dezasseis euros e trinta e seis cêntimos), foi enviado por mail a todos os Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Presidente

Começou por se referir à situação do covid 19 no Concelho de Alpiarça, informando que há neste momento no Concelho nove casos confirmados, situação que se mantém há duas semanas, registando-se neste dia mais um caso recuperado. São agora dois casos ativos e sete recuperados. Deu nota que foi produzido um Despacho do Presidente da Câmara relativo à retoma do atendimento presencial nos serviços municipais, situação que deu conhecimento a todos os membros do Executivo. Esta situação tem a ver com a declaração do fim do estado de emergência



e o início da nova situação de calamidade que foi estabelecida pelos Órgãos de Soberania; regula a retoma do atendimento presencial, embora de uma forma ainda muito limitada. Em relação ao apoio à população deu conhecimento que se mantém o tipo de serviços que têm vindo a ser implementados desde o início do estado de emergência, procurando sempre articular as medidas com outras entidades, incluindo a Junta de Freguesia, o Agrupamento de Escolas, a Autoridade de Saúde, a Unidade de Saúde Familiar, a Unidade de Cuidados à Comunidade de Alpiarça/Almeirim, o ACES da Lezíria, os Serviços de Proteção Civil, a Segurança Social e as outras Câmaras Municipais da Lezíria do Tejo. Com estas entidades existe um contacto regular e constante, de forma a articular posições e trocar experiências e ainda a procura de situações que permitam ganhos em termos de escala e de celeridade na aquisição de equipamentos, materiais e serviços. Esclareceu que, no que respeita à intervenção da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo sobretudo na aquisição de equipamentos, as medidas são tomadas em conjunto, mas cada um dos Municípios assume a sua responsabilidade em termos de investimento e pagamento de despesa relativamente aos equipamentos, materiais e serviços que adquiriu, o que vai continuar a acontecer nos próximos tempos. Afirmou que é importante transmitir esta informação porque há pessoas que olham para a Comunidade Intermunicipal como uma entidade de serviço social, quando esta é uma Associação de Municípios que reparte as responsabilidades e os próprios custos, não retirando o mérito e a razoabilidade do trabalho que se está a fazer em conjunto. Deu conhecimento que a despesa feita até ao momento, diretamente ligada ao combate à pandemia nas vertentes sanitária e social, situa-se em cerca de cinquenta e três mil euros, um valor considerável que o Município está a colocar no combate à pandemia e no apoio às populações. Informou ainda que deste valor, apenas cerca de doze mil euros poderão ser elegíveis em termos de financiamento comunitário.

Vereadora Sónia Sanfona

Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os participantes na reunião. Referiu-se de seguida ao ponto de situação do covid 19, relativo aos casos positivos e recuperados no concelho de Alpiarça, e perguntou se algum desses casos positivos foi apurado numa empresa de maior dimensão em Alpiarça.

O Presidente respondeu que segundo os dados que existem, havendo sempre algum grau de falibilidade, indicam que dois casos são oriundos dos serviços de saúde, e cinco ou seis tiveram



origem numa mesma unidade de produção alimentar, mas fora do Concelho de Alpiarça.

A Vereadora continuou dizendo que tem conhecimento que estão a ser tomadas medidas relativamente a focos verificados em empresas de maior dimensão, com massificação de testes e a avaliação das condições de salubridade das empresas, e como existem no concelho grandes empresas empregadoras com alguma dimensão, mostrou preocupação se houvesse algum caso com origem nessas empresas, e se estavam a ser tomadas as devidas providências. Perguntou de seguida se na leva de testes realizados, os funcionários da autarquia foram todos submetidos a testes.

O Presidente esclareceu que, dos funcionários do Município, só os bombeiros fizeram os testes, os restantes foram os funcionários e utentes das IPSS do Concelho.

A Vereadora questionou ainda se, na sequência da montagem e da preparação do Centro de Acolhimento no pavilhão da Escola EB 2,3 de José Relvas, houve alguns assistentes operacionais de Alpiarça que tivessem feito formação para dar apoio a essas estruturas, considerando que estão a ser dadas essas formações para assistentes operacionais nos concelhos onde existem equipamentos idênticos, com o apoio da Cruz Vermelha, dos Bombeiros de cada concelho e do Hospital de Santarém. Lembrou que na reunião anterior solicitou um conjunto de informações para enviar aos Vereadores do PS, nomeadamente quantas pessoas tinham sido abrangidas pelas medidas tomadas, sobretudo pela medida “Nós vamos por si”, de forma a perceber qual foi o impacto nas contas da autarquia e na população. Relativamente às despesas de investimento realizado com as medidas de apoio social, disse que o Presidente fez uma divisão entre os equipamentos e a aquisição de bens alimentares e de primeira necessidade, para as famílias mais carenciadas, solicitando que as verbas fossem discriminadas, considerando que o Sr. Presidente disse que o investimento elegível é de doze mil euros. Deste modo pretende saber quanto foi gasto em equipamentos de proteção e quanto foi gasto em medidas de apoio social, com a compra de alimentos e de bens de primeira necessidade. Pretende também saber quantas famílias foram abrangidas, como foram identificadas e que critérios foram encontrados.

O Presidente disse que o Vereador João Pedro Arraiolos tem todos esses dados organizados, que pode disponibilizar.

A Vereadora continuou perguntando a que camas desmontáveis se referiu o Sr. Presidente na sua intervenção, quantas foram adquiridas e para que efeito. Colocou ainda uma questão sobre a



entrega de computadores aos jovens do concelho, perguntando se o Município adquiriu os computadores e se os emprestou ou se os doou aos alunos identificados como necessitando deles. Questionou também se os computadores estavam incluídos no programa de apoio à educação no âmbito das salas do futuro, ou se foram computadores adquiridos agora pelo município e entregues aos estudantes. Afirmou que o Presidente referiu, e bem, que a CIMLT é uma Associação de Municípios, que tem uma repartição de custos, normalmente proporcional em função do número de habitantes e de um conjunto de outras características dos municípios, mas também reparte financiamentos, ou seja a CIMLT também foi financiada, no sentido de que os Municípios, depois de ser feito um rateio entre eles, pudessem ajudar no combate à epidemia. Salientou que a CIMLT, que acha que funciona particularmente bem, cria condições de economia de escala, de financiamentos comunitários que são muito benéficas para os municípios e que de outra forma seriam mais difíceis de obter, admitindo que depois cada município terá a sua parte das despesas. Congratulou-se com a atribuição de Bolsas de Estudo pela Câmara Municipal, desde dois mil e dez, a alunos do ensino superior mas tem pena que a dotação não seja maior, reconhecendo que o orçamento é o que é e as opções são o que são. Entende que foi uma boa medida, que contou sempre com o seu apoio, mas deixou uma sugestão de, futuramente, o município tomar a iniciativa de reforçar o valor a atribuir. Considerou que esta é uma iniciativa meritória, mas não é suficiente, no sentido em que o que se pretende com a atribuição de uma bolsa de estudo para um aluno do ensino superior serve dois propósitos: um é ajudar as famílias mais carenciadas; outro é procurar criar condições para ajudar à fixação dos jovens no concelho. Sugeriu que assim que seja oportuno, o Município crie uma feira das profissões ou das empresas e um encontro anual de empresas e empresários, numa iniciativa de promoção empresarial, que dê conhecimento aos alunos do ensino superior, do mercado que existe no seu concelho e no seu distrito.

Vereador António Moreira

Cumprimentou os participantes na reunião. Colocou de seguida uma dúvida sobre o Despacho do Sr. Presidente, quando diz que é obrigatória a desinfeção das mãos e o uso de máscara para acesso e permanência no edifício da Câmara Municipal, e perguntou se aparecer alguém sem máscara o Município está preparado para resolver essa situação. Acha normal que isso suceda e questionou se o município, nestes casos, está preparado para ajudar a resolver. De seguida transmitiu que se



congratula pelo facto de a situação relativamente aos doentes de covid 19 estar a ficar estabilizada, com sete recuperados dos nove infetados.

O Presidente anunciou que, informalmente, são oito os recuperados, embora oficialmente haja sete pessoas recuperadas.

O Vereador continuou fazendo referência aos testes que foram realizados na Fundação José Relvas, na Arpica e aos Bombeiros onde, aparentemente, não há nenhum caso positivo.

O Presidente esclareceu que não recebe uma informação formal das entidades de saúde relativamente aos casos, sendo com a Delegada de Saúde, que é quem representa a Autoridade Pública de Saúde no Concelho, que tem acesso a alguma informação, mas em relação aos testes realizados disse que se integram na lógica normal, ou seja, se houver algum caso, o mesmo ser-lhe-á comunicado.

O Vereador António Moreira continuou perguntando pelo Regulamento da Barragem e qual o seu ponto de situação. De seguida considerando que, estando-se a chegar à época do calor e que há muitos contentores de lixo com poucas condições, questionou se existe possibilidade para adquirir novos. Deu como exemplo um contentor que está na “Praça Velha”, que não está com as condições mínimas para estar ao serviço da população, sendo necessário fazer uma avaliação a todos os outros do concelho. Referiu-se a um despacho no âmbito do covid 19, que isenta o pagamento de espaços do município por dois ou três meses, e pretende saber se o Parque de Campismo também está abrangido pelo mesmo despacho. Perguntou de seguida como está a situação do mercado municipal, cuja inauguração estava prevista para Abril, o que não foi possível, e se agora já está pronto a abrir. Solicitou também o ponto de situação da limpeza da Vala Real e perguntou se existem algumas medidas direcionadas ao pequeno comércio de Alpiarça e se, passando esta fase em que os cafés, restaurantes, pequenas empresas que têm estado fechadas, existe alguma colaboração prevista com os empresários, quando se der a abertura dos estabelecimentos.

Presidente

Respondeu às questões colocadas, começando pelos testes e disse que nesta fase foram contratados pelas câmaras através da CIMLT e outros disponibilizados pelo próprio Ministério da Saúde em articulação com a segurança Social. Afirmou que a gestão em termos de prioridade é feita pela Saúde, que tem um papel determinante relativamente ao público alvo da testagem,



embora com a participação do Município. Deu nota que se começou pelos funcionários dos lares, sendo evidente que os utentes são as pessoas de maior risco, mas em situação de confinamento não têm visitas e são os funcionários que entram e saem, sendo necessário prevenir eventuais situações potenciais de contágio. Sublinhou que existe uma nova realidade, com a abertura das escolas, sobretudo para o décimo primeiro e décimo segundo ano em termos presenciais, mas também das creches e Jardins de Infância, estando as entidades da área da saúde a virar-se para esta situação no que diz respeito à testagem de funcionários e docentes e, eventualmente, das próprias crianças das escolas. Realçou que a mobilização dos meios está agora a dirigir-se a este universo, procurando o Município fazer o acompanhamento da situação. Lembrou que Alpiarça é um dos poucos concelhos que já tem todos os funcionários dos lares testados, nesta primeira vaga, havendo muitos concelhos onde ainda nem se começou, porque não podia começar em todos ao mesmo tempo. Relativamente ao Centro de Acolhimento, salientou que se procurou garantir uma capacidade eventual de resposta, de acordo com a definição de intervenção protocolar da Segurança Social, no que diz respeito à necessidade de isolamento da população de risco, no caso dos lares. Em relação à formação afirmou que do que foi discutido entre os Presidentes de Câmara, só praticamente nos municípios onde se realizavam as ações é que se formavam os assistentes operacionais.

A Vereadora Sónia Sanfona disse que houve várias câmaras que enviaram assistentes operacionais, e que a formação é que foi concentrada só nalguns municípios.

O Presidente continuou, acrescentando que na altura o que foi visto, e que a maior parte dos Presidentes consideraram, foi que não fazia sentido, estando-se num período de limitação da circulação da população, de apelo a que as pessoas ficassem em casa, estar a enviar e a fazer transporte de trabalhadores para outros concelhos. Disse que houve um conjunto de municípios onde as ações foram realizadas que disponibilizaram funcionários, tendo havido uma ou outra exceção, mas na maior parte dos locais onde não havia ações de formação, os Presidentes de Câmara não estavam a mandar os seus trabalhadores para fora do concelho. Todavia referiu que essa era uma questão que podia apurar melhor.

A Vereadora Sónia Sanfona considerou que não deixa de ser um contrassenso, porque se está a criar uma estrutura, supostamente para ter condições para dar um determinado nível de apoio e se deixa de fora o que é mais importante, que é a parte da formação.



O Presidente entende que o que é da responsabilidade da Câmara é sobretudo ao nível da disponibilização de infraestruturas e não da formação de pessoas.

A Vereadora Sónia Sanfona disse que esta é uma questão que está na diretiva com que a Segurança Social colocou os municípios a colaborar neste sentido.

O Presidente lembrou que há municípios que não montaram este tipo de estrutura. Espera que as que foram montadas não venham a ser utilizadas e se vieram a ser têm de se mobilizar todos os esforços e todas as disponibilidades para fazer face à situação em concreto, assumindo cada uma das entidades a sua responsabilidade. Realçou que a responsabilidade da autarquia é sobretudo a montagem da estrutura e a sua disponibilização, senão ficaria tudo a cargo dos municípios. Esclareceu que as camas descartáveis que foram adquiridas, foram encomendadas antes da possibilidade de se usarem os meios das Forças Armadas; um conjunto de cinquenta camas afetadas a esta área e que estarão disponíveis para eventuais necessidades de futuro para acomodação de pessoas, esperando uma vez mais que não seja necessário serem utilizadas neste contexto. Em relação aos computadores, estes foram entregues através de um protocolo que foi estabelecido com o Agrupamento de Escolas; a Câmara entregou computadores e tablets que tinham sido afetados numa primeira fase ao Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, para que a Escola fizesse a sua distribuição de acordo com as necessidades identificadas. Acrescentou que se procurou fazer num curto espaço de tempo a mobilização de todos os recursos existentes para fazer face à situação, e também adquirir computadores através dos procedimentos normais de contratação, tendo já sido adquiridos um conjunto de computadores por esta via. Estes computadores serão também usados de acordo com as necessidades que se vierem a colocar até ao final do ano letivo, na modalidade de empréstimo. O Presidente lembrou ainda que o Primeiro Ministro anunciou um plano de aquisição e de distribuição de computadores para todos os alunos das escolas, e que a cedência dos equipamentos foi feita na perspetiva de acudir a situações inesperadas, neste quadro, até ao final do ano letivo, sendo que essa é uma responsabilidade do próprio sistema de ensino. Reiterou que a Câmara estará disponível para apoiar, de acordo com o que for definido a nível central, neste programa que foi anunciado, não se conhecendo ainda bem os seus contornos. Em relação às Bolsas de Estudo registou a sugestão da Vereadora Sónia sanfona, reconhecendo que esta faz sentido, mas acha que não é isso que irá resolver os problemas que foram identificados. De qualquer forma ficou a sugestão, embora neste ano e no atual contexto



seja difícil de operacionalizar, sendo necessário afinar os termos e o modelo. Recordou que as Bolsas de Estudo representam a maior fatia de apoio social do Município, lembrando que não é da sua estrita competência mas sim do Governo, que é quem tem a obrigação constitucional de garantir as condições a todos os cidadãos portugueses de frequentar todos os níveis de ensino. Relativamente às questões colocadas pelo Vereador António Moreira começou por referir que a orientação é geral para todos os serviços públicos e para os transportes, pelo que neste caso aplica-se a mesma regra que é o uso de máscara. À Câmara Municipal cabe um papel de sensibilização. Disse que à partida, não haverá ninguém que venha à porta da Câmara para tratar de um assunto que seja importante que não seja atendido, procurando-se encontrar a melhor forma, eventualmente ter alguma reserva de máscaras para o efeito. Acha no entanto que a população está a cumprir as orientações e determinações para o uso da máscara, de forma generalizada. Relativamente ao Parque de Campismo, sendo uma concessão do Município, disse que este está nas mesmas condições dos restantes espaços, estando durante este período isento do pagamento das rendas.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Cumprimentou todos os participantes na reunião. Respondendo à questão colocada sobre o Regulamento da Barragem, deu nota que faltam apenas os dados referentes aos achados arqueológicos e que na próxima reunião de Câmara estará em condições de ser apresentado, discutido e votado. Informou ainda que uma parte das pessoas que integram o grupo de trabalho para a elaboração do regulamento estão em casa, em teletrabalho, e não tem sido fácil coordenar as reuniões de forma a que o regulamento já estivesse pronto.

O Vereador António Moreira perguntou se era possível a proposta de regulamento chegar com alguma antecedência para que pudesse ser analisado, se isso for possível.

O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que ia verificar se era possível e que se está a fazer alguma pressão para que o documento esteja pronto o mais rápido possível. Quanto à questão da recolha do lixo confirmou que já foi feito um levantamento sobre o estado dos contentores e que já foi feita uma requisição para aquisição de novos contentores, que substituirão os que estiverem em pior estado. Quanto à lavagem dos mesmos, foi iniciada na data prevista (segunda-feira), conforme informado, processo que decorreu durante toda a semana, bem como a desinfecção dos espaços



circundantes. Sobre o Mercado Municipal, o que falta por parte da empresa é a colocação de uma pérgola na calçada, no exterior. Disse ainda que falta a ligação elétrica, mas que isso depende da EDP e anunciou que o estaleiro irá ser levantado e removido durante a semana. Relativamente à limpeza da Vala Real, admitiu que esta é a situação que mais o preocupa porque já por várias vezes os trabalhos foram interrompidos, devido ao facto de a empresa ter funcionários infetados com covid 19 e, por isso, desde o dia dezanove de Abril que os trabalhos estão parados, não tendo ainda sido retomados. Sobre as medidas direcionadas ao comércio e aos comerciantes, confirmou que houve uma reunião com a Associação Comercial, Empresarial e Serviços, que abrange os concelhos de Santarém, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Chamusca, no sentido de se encontrar uma solução de apoio para o comércio local e para os empresários, mesmo para os empresários agrícolas. Disse que na próxima semana haverá nova reunião, para se procurar chegar a algumas conclusões, transmitindo posteriormente os resultados da mesma. Salientou ainda que à medida que vai saindo legislação, esta tem estado a ser enviada, quer para a restauração, quer para as empresas de animação turística ou de alojamento local, informando sobre as linhas que vão saindo por parte do Governo e disponibilizando a ajuda do Município para concorrerem a eventuais programas de apoio.

Vereador João Pedro Arraiolos

Cumprimentou os participantes na Reunião. Em relação aos contentores de lixo, confirmou que todos os anos a Câmara tem adquirido entre trinta a quarenta contentores, o que, tendo em conta que em todo o Concelho existem cerca de quatrocentos, significa que nos últimos dez anos houve uma remodelação quase total. Anunciou que, tal como no ano anterior, este ano serão também adquiridos mais quarenta contentores novos, cuja requisição foi já feita há cerca de duas a três semanas, e que isso equivale a um esforço de investimento de sete a oito mil euros anuais, aproximadamente. Recordou que alguns estragam-se com muita facilidade, essencialmente devido à colocação de brasas, o que faz com alguns contentores ainda muito novos fiquem inutilizados. No que diz respeito à questão colocada na reunião anterior sobre a iniciativa “nós vamos por si”, informou que desde o dia dezoito de Março foram satisfeitos oitenta e seis pedidos, essencialmente para aquisição de bens alimentares e de medicamentos, bem como o tratamento de diversa documentação junto do Centro de Saúde e outras situações. Em termos de apoio



alimentar já foram entregues e distribuídos sessenta e seis cabazes, correspondentes a trinta e nove agregados familiares e cento e catorze indivíduos. Foram também distribuídas mil cento e cinquenta e três refeições a alunos carenciados do primeiro ciclo, distribuídas igualmente a alunos do segundo e terceiro ciclos e secundário, que não estão contabilizadas. Realçou que a parte alimentar corresponde a cerca de três mil euros de apoio e em termos de despesa direta, de equipamentos de proteção individual, máscaras cirúrgicas, as camas de campanha referidas pelo Presidente, de preparação dos balcões de atendimento com as novas regras de proteção para os funcionários, bem como a montagem deste equipamento no Centro de Saúde, tudo isto equivalente a vinte e três mil euros de apoio. A aquisição do restante equipamento representa um investimento de mais vinte e quatro mil euros. Salientou ainda o apoio na aquisição de routers para ligação à internet, por solicitação do Agrupamento de escolas e que já estão disponíveis para utilização pelos alunos, com o valor na ordem dos mil e duzentos euros. Fez também referência aos computadores adquiridos, que se juntam aos vinte e sete cedidos ao Agrupamento, para um apoio de forma mais imediata, considerando que qualquer processo de aquisição demora algumas semanas.

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata nº 07/2020 – reunião realizada no dia 17/04/2020.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Não houve intervenções. O Presidente colocou a Proposta de Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 02 – Proposta – Ratificação de Despacho de Aceitação de Donativos.

Município de Alpiarça



Para Ratificação:

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que a aceitação de donativos é uma competência da Câmara Municipal e por isso vem a reunião de Câmara para ratificação.

O Presidente referiu que neste período tem havido oferta de bens, para compor os cabazes que foram distribuídos aos agregados familiares mais carenciados por parte de algumas empresas agrícolas. Sublinhou ainda que algumas entidades também ofereceram viseiras e materiais para a sua construção. Deu nota que se irá fazer a relação dessas empresas e entidades, para dar conhecimento ao executivo municipal.

O Presidente colocou a proposta de ratificação à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ponto 03 – Agradecimento – Oferta da Câmara Municipal à Fundação José Relvas de 160 viseiras.

Município de Alpiarça

Fundação José Relvas

Para Conhecimento:

O Presidente anunciou que as viseiras oferecidas estão a ser produzidas por um funcionário do Município que está em casa e vai fazendo este trabalho, utilizando uma impressora 3D própria, e tem funcionado em rede com um grupo da região, os Makers Ribatejo, que se dedica a este serviço. Informou ainda que também a CIMLT está a produzir viseiras, utilizando o mesmo método. Disse também que as viseiras produzidas foram entregues a funcionários do município, aos Bombeiros, ao Centro de Saúde, aos lares e a algumas entidades privadas que foram solicitando e que na medida do possível foram distribuídas.

A Câmara tomou conhecimento.

Ponto 04 – Proposta – Acordo Quadro Nº 2/CCE/2020 para aquisição de refeições escolares (Almoços, Lanches e Pequenos Almoços)

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que o atual contrato termina a trinta e um de Agosto do ano corrente e o grupo de trabalho que integra os onze municípios da Lezíria tem vindo a trabalhar na preparação do caderno de encargos e de todas as peças do procedimento, vindo agora



a reunião de Câmara para se proceder à abertura do procedimento do concurso público.

A Vereadora Sónia Sanfona considerou positivo que a CIMLT e os municípios continuem a recorrer a esta forma de contratação, realçando por um lado a garantia de economia de escala que permite obter condições mais concorrenciais, e por outro estão mais asseguradas as garantias de qualidade do fornecimento das refeições. Salientou que este é um bom método e que excelente seria haver capacidade de confeccionar refeições com produtos locais, mas que, como não há essa possibilidade esta será a via mais correta. Fez um pedido de esclarecimento sobre o acesso ao texto do documento, nomeadamente às ementas.

O vereador João Pedro Arraiolos disse que iria verificar a situação junto dos serviços da CIMLT.

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, nos termos e fundamentos da mesma.

Ponto 05 – Proposta – Alteração da Regulação de Trânsito na Envolvente do Mercado Municipal e do C. D. “Os Águias”.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

O vereador Carlos Jorge Pereira apresentou a proposta, que vem no seguimento das necessárias alterações de circulação de trânsito na sequência das obras do Mercado Municipal, e pretende permitir uma circulação e fruição de trânsito mais eficaz e adequada. Fez referência às principais alterações incluídas na proposta.

A Vereadora Sónia Sanfona solicitou alguns esclarecimentos.

O Vereador António Moreira solicitou alguns esclarecimentos.

Os esclarecimentos foram prestados pelo Vereador Carlos Jorge Pereira.

Havendo condições para uma deliberação, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 06 – Proposta – Revisão Orçamental Nº 2.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Remeter à Assembleia Municipal:



O vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da proposta, que tem por objetivo incorporar o restante valor referente ao saldo de gerência, nalgumas rubricas onde se considera necessário.

Não havendo intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve Período do público, pelo facto da reunião se realizar por videoconferência.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.

O Presidente

O Secretário
